



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
13ª SUPERINTENDÊNCIA – AL

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2007

1- IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

-Nome completo da Unidade e sigla – 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – 13ª SRPRF.

-Natureza Jurídica – Órgão da Administração Direta do Poder Executivo

-Vinculação Ministerial – Ministério da Justiça

-Normativo de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União -

-Norma de criação : Medida Provisória nº 150, convertida posteriormente na Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, a qual transferiu da Autarquia D.N.E.R. para o âmbito do Ministério da Justiça.

-Definição de Competência e Estrutura Organizacional :

(Regimento Interno – Portaria nº 1.375, de 02/08/2007, publicada no D.O.U. de 06/08/2007).

-CNPJ – 003.944.94/0124-95

-Nome e código no SIAFI- 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - 200129.

-Código da UJ titular do relatório - 200129

-Código das UJ abrangidas – Não consolida outras unidades.

-Endereço completo da Sede – Rua Comendador Almeida Guimarães, 22 – Pajuçara – Maceió/AL, CEP 57.030-160, Fone (82)32318196, Fac-simile (82)33279909.

-Endereço da página institucional na Internet – www.dprf.gov.br

-Situação da Unidade quanto ao funcionamento-Em funcionamento.

-Função de governo predominante-Segurança Pública.

-Tipo de atividade-Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização.

-Unidades gestoras utilizadas no SIAFI

Nome: 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

Código: 200129.

1.2-Estrutura Organizacional da Unidade

Identificação das Unidades Descentralizadas – Delegacias e Postos

DELEGACIA 13/1	LOCALIZAÇÃO
Sede	Sede da Delegacia 13/1 localizada no Km 97 da BR 104, município de Maceió/AL
Posto 1	Posto de Policia Rodoviária Federal localizado no Km 97 da BR 104, município de Maceió/AL
Posto 2	Posto de Policia Rodoviária Federal localizado no Km 09, na BR 101, município de Novo Lino/AL
Posto 3	Posto de Policia Rodoviária Federal, localizado no Km 36 da BR 104, município de União dos Palmares/AL
DELEGACIA 13/2	LOCALIZAÇÃO
Sede	Sede da Delegacia 13/2, localizado na BR 316, KM 247, município de Atalaia/AL
Posto 1	Posto de Policia Rodoviária Federal, localizado no KM 247 da BR 316, município de Atalaia/AL
Posto 2	Posto de Policia Rodoviária Federal localizado no Km 206, da BR 101, município de São Sebastião/AL
Posto 3	Posto de Policiamento e Fiscalização localizado no KM 137 da BR 101, município de São Miguel dos Campos/AL.
DELEGACIA 13/3	LOCALIZAÇÃO
Sede	Sede da Delegacia 13/3 localizada no KM 150, na BR 316, município de Palmeira dos Índios/AL
Posto 1	Posto de Policia Rodoviária Federal Localizado no KM 150, na BR 316, município de Palmeira dos Índios/AL
Posto 2	Posto de Policia Rodoviária Federal, localizado no KM 49, da BR 316,entroncamento com o KM 26 da BR 423, município de Canapi/AL

SUPERINTENDENTE:

GIBSON Magalhães Viana

SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO

Melquizedeque Souza de LACERDA

NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO
José PETRÚCIO de Oliveira Junior
NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
VAGO
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA
Cícero DEMÉTRIO V. de Almeida
SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
Melquizedeque Souza de LACERDA
NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
ALESSANDRO SOARES OLIVEIRA
NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES
EDENY Oliveira de Andrade Nascimento
NÚCLEO DE REGISTRO E MEDICINA RODOVIÁRIA
Gustavo Henrique de MENDONÇA Alves
SEÇÃO DE CORREGEDORIA REGIONAL
Carlos ANDRÉ B. de Oliveira
NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS
Marcus André Moreira AZEVEDO
SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Cícero Macena SANTOS
NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Breno Carneiro PEIXOTO
NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL
Amaro AGNELO Lima Filho
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO
Erivaldo Lessa de MOURA
NÚCLEO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES
GERALDO Rocha Santos
SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
Eleomar Souza BARRETO
NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
MANOEL Belo Pereira
NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL
Maria LÚCIA Albuquerque Maranhão

DELEGACIAS

- 1.^a DELEGACIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – MACEIÓ
JEFFERSON Luis Gonçalves dos Santos
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
RICARDO André Brito Pereira
- 2.^a DELEGACIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – ATALAIA
JOSÉ EDSON da Silva
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
JUAREZ Elias da Silva
- 3.^a DELEGACIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL –PALMEIRA DOS
ÍNDIOS/AL
José Arnaldo VIANA
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

1.3-Apresentação

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a Norma de Execução nº 05, de 28 de dezembro de 2007, aprovada pela Portaria CGU nº 1.950/2007, com a Instrução Normativa TCU nº 47/2004 e a Decisão Normativa TCU nº 85/2007, que deverá compor o Relatório de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2007.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2007. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim, o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutural e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela Unidade no decorrer do exercício de 2007 e aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados relatórios de atividades das diversas áreas da Superintendência.

Com o presente documento, a 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

2- RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1-Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional. A Polícia Rodoviária Federal, pela sua capilaridade (presente em todo o país) é o contato direto e identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados

procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal. Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à

população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2007, a 13ª SRPRF/AL desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através

de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A PRF, por meio do policiamento ostensivo de ronda nas rodovias federais, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

2007 ficará marcado com um dos anos mais violentos da última década na questão de acidentes de trânsito. A imprudência foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceram em pistas com boas condições de trafegabilidade. Cálculos baseados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que o prejuízo com acidentes nas rodovias federais em 2007 custou ao Brasil R\$ 10,6 bilhões.

Apesar da intensificação da fiscalização por parte da PRF, com aumento das multas por excesso de velocidade em relação à 2006, um aumento no número de flagrantes de alcoolemia ao volante e um recorde histórico nacional de 2.078.606 autuações contabilizadas em rodovias federais (nos 80 anos da instituição a quantidade mais próxima foi observada em 1997, quando foram expedidas 2.053.070 autuações), não se conseguiu reduzir o número de acidentes em 2007. Em 2008, o planejamento é intensificar mais ainda a fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias destacam-se: a crise aérea, que aumentou o tráfego em rodovias nos feriados prolongados, a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, colocando em circulação quase quatro milhões de novos veículos, abarrotou as estradas federais, aumentando a probabilidade de acidentes e, por último, a melhoria das condições das rodovias, reforçando paradoxo de que quanto melhores as rodovias, elevam-se de forma exponencial os acidentes devido ao excesso de velocidade.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007 (banco de dados que integra todos os Detrans do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Desde o Carnaval, os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo. Ao todo, mais de sete milhões de veículos foram fiscalizados.

A seguir, é apresentado quadro comparativo dos resultados de 2006 e 2007 onde se verifica o aumento do índice de acidentes/mortos/feridos nas rodovias federais, no Estado de Alagoas. O referido índice leva em consideração o aumento anual da frota nacional de veículos automotores.

INDICE DE ACIDENTES	2006	2007
Total de Acidentes	1391	1618

Frota Nacional	45.372.640	49.228.783
Varição do índice		+ 16,32
Mortos	97	140
Varição do índice		+ 44,33
Feridos	1107	1250
Varição do índice		+ 12,92

Fonte: Relatório Operacional Diário-ROD

AÇÕES DESENVOLVIDAS E APLICADAS EM 2007 COM A FINALIDADE DE REDUZIR ACIDENTES

OPERAÇÕES NACIONAIS - Verão - Carnaval - Semana Santa - Natal - Ano Novo	05
OPERAÇÕES REGIONAIS - Viagem Segura I - Viagem Segura II	02
VEÍCULOS FISCALIZADOS	90.430
VEÍCULOS RETIDOS	1.018
MULTAS APLICADAS	17.039
CARTEIRAS NACIONAIS DE HABILITAÇÃO RECOLHIDAS	186
ANIMAIS RECOLHIDOS	234

MULTAS APLICADAS

ANO	QUANTITATIVO	MONTANTE APLICADO R\$
2007	17.039	3.186.150,11

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. A PRF retirou crianças e adolescentes de áreas de risco. Através do mapeamento de toda malha viária federal, a Polícia Rodoviária Federal pode identificar pontos críticos e combater efetivamente a exploração sexual de menores.

Trabalhadores em regime de servidão viram, mais uma vez, a Polícia Rodoviária Federal como aliada. Ações de repressão ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho e Ministério Público Federal, permitiram que pessoas fossem libertadas de condições precárias de trabalho, semelhantes à escravidão.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do

Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

A seguir, apresenta-se quadro comparativo das apreensões de 2006 e 2007 onde se verifica a eficácia e eficiência das ações:

ITEM	QTD	2006	2007	VARIAÇÃO
Pessoas Detidas	UNID.	184	247	34,24%
Maconha	KG	1,400	0,031	-97,79%
Cocaína	KG	0,985	0,010	-98,98%
Haxixe	ESFERAS	0	0	0,00 %
Crack	KG	1,050	0,010	-99,05%
CD/DVD's	UNID.	1.877	0	-100,00%
Cigarros	PCT.	0	0	0,00 %
Informática	UNID.	26	0	-100,00%
Eletrônicos	UNID.	70	0	-100,00%
Medicamentos	UNID.	1.067	43	-95,97%
Armas	UNID.	39	53	35,90%
Munições	UNID.	438	682	55,71%
Animais Silvestres	UNID.	24	10	-58,33%
Madeira	M ₃	0	24	+ 24
Trabalhador libertado	UNID.	0	0	0,00 %
Veículos recuperados	UNID.	111	158	42,34%
Veículos Fiscalizados	UNID.	90.232	90.438	0,23%
Flagrantes de Infrações	UNID.	17.100	17.288	1,10%

2007 também foi um ano de grandes investimentos para a PRF, no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do órgão, graças ao crédito extraordinário concedido ao final do ano.

Foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que melhorarão o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos. Em 2007 foram adquiridos pela sede do DPRF veículos operacionais, sendo destinadas à regional conforme tabela abaixo:

VEÍCULO	QUANTIDADE
GM ASTRA	04
MITSUBISHI L-200	02
RENAULT MASTER-RESGATE	01

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de

policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento.

O ano de 2007 ficará marcado pelo início do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com a aquisição pela administração central do DPRF de 1.000 computadores de mão (PDA's), com acesso a internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (Renainf, Infoseg), o que possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

Destaca-se, ainda em 2007, a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, impressoras a laser, nobreak's, computadores, servidores de rede, entre outros, renovando o parque computacional da Unidade.

Segue tabela com principais aquisições na área de informática e modernização no âmbito da 13ª SRPRF/ALAGOAS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
BENS ADQUIRIDOS PELA 13ª SRPRF			
01	RÁDIO TRANSCÉPTOR VHF-FM, BANDA BAIXA COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO.	02	6.100,00
02	CENTRAL TELEFÔNICA	02	2.098,00
03	MONITOR DE VÍDEO LCD 19"	03	2.453,40
04	FRAGMENTADORA DE PAPEL, CARTÃO E CD	06	1.594,08
05	MICRO CÂMERA SEM FIO	01	354,10
BENS RECEBIDOS DO DPRF E OUTRAS REGIONAIS			
06	PLACA DE VOZ DIGI VOICE, 08 CANAIS	01	1.920,00
07	IMPRESSORA LASER COM CABO USB, MARCA SAMSUNG	02	1.560,00
08	MONITOR DE VÍDEO POLICROMÁTICO	16	5.232,00
09	SERVIDOR DE REDE	01	7.550,00
10	UNIDADE CONTROLADORA DE ACESSO TIPO USB TOKEN	28	779,80
11	NO-BREAK BIVOLT	11	1.738,00
12	RADAR MEDIDOR DE VELOCIDADE TIPO ESTÁTICO	01	65.345,00
13	MULTIMETRO DIGITAL DE	01	67,85

	MEDIÇÃO DE TENSÃO		
14	GPS PORTÁTIL	01	559,96
15	BAFÔMETRO ETILÔMETRO PORTÁTIL, COM IMPRESSORA	08	54.388,16
BENS RECEBIDOS DA RECEITA FEDERAL			
16	DVD PLAYER	05	516,00
17	MÁQUINA DIGITAL FOTOGRÁFICA	05	1.982,52
18	NOTEBOOK	02	3.896,28
19	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP	02	193,50

Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

2.2-Competências Legais e Regimentais

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144); pela Lei nº 9.503(Código de Trânsito Brasileiro); pelo Decreto 1.655, de 03/10/1995, e pelo Regimento Interno constante da Portaria 1.375, de 02/08/2007, do Sr. Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06/08/2007.

3- ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

Os principais objetivos definidos para 2007 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias

Estratégia 1: Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito, é de que a presença da viatura na rodovia, inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia

que, através do banco de dados da PRF, o DATATRAN, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

Falta de efetivo:

Diversos postos possuem apenas dois policiais de plantão, como é necessário um policial no posto para atendimento ao público e atendimento de chamadas emergenciais, permanece apenas um policial para fazer o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que é altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Dessa forma, nos postos onde o efetivo é reduzido, o serviço de ronda é prejudicado, e os policiais se concentram em operações em frente ao posto, não utilizando o cartão programa, deixando de fiscalizar os pontos críticos nas rodovias.

Um outro aspecto observado foi a relação quilômetro fiscalizado por posto. Foi verificado que uma grande quantidade de postos tem como competência fiscalizar mais de 300 km de rodovias, quando o ideal era fiscalizar no máximo 100 km, pois, nesse caso, a viatura levaria em média uma hora para atender a uma ocorrência no local mais distante do posto. Nestes postos, com grande malha rodoviária para fiscalizar, verificou-se também que não havia efetivo suficiente para criação de várias rondas para serem distribuídas nos pontos críticos mais distantes do posto, tendo como consequência a não fiscalização dos pontos críticos distantes do posto.

É de ressaltar que uma parcela razoável de policiais do quadro, encontram-se realizando atividades administrativas, nas sedes central e regional e nas delegacias. Para sanar este problema o DPRF tem feito gestão junto ao ministério do planejamento para autorização de concurso para servidores administrativos (administradores, engenheiros, contadores, médicos, analistas de sistema, técnicos administrativos, etc) porém, ainda não se conseguiu o atendimento desta demanda. A contratação de servidores administrativos, liberaria um contingente significativo de policias para atuarem novamente nas pistas, suprimindo em parte, a carência de efetivo.

Recursos insuficientes para aquisição de combustíveis e manutenção de viaturas:

Devido às restrições orçamentárias na LOA 2007, a estimativa inicial era de que os recursos para aquisição de combustíveis eram suficientes somente até o mês de outubro, neste sentido, foi solicitado crédito suplementar para atender a esta demanda, e orientado a todas as regionais que reduzissem os gastos com combustíveis, o que gerou a diminuição da realização de rondas nas rodovias, utilizando-se as viaturas para deslocamentos, prioritariamente em casos de acidentes. Em 31/08/2007 foi liberado crédito suplementar R\$ 4.379.000,00, o que possibilitou retornar ao andamento normal das operações com as viaturas.

Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorriam em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas. Grande parte dos acidentes acontecem por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam as passarelas, se arriscando no meio do

trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema, é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT , que deverá priorizar a aquisição deste equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes.

Estratégia 2: Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em rodovias duplicadas. Nesse tipo de rodovia, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e consequente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Em 2007, houve a efetiva utilização dos equipamentos adquiridos ao final de 2006.

A utilização de contadores volumétricos de veículos, visa verificar quais rodovias são mais movimentadas , e em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização das rodovias . O crédito extraordinário, para compra dos contadores volumétricos foi liberado apenas em dezembro. Os efeitos da compra destes equipamentos só se farão sentir em 2008, quando da sua entrega e utilização.

Reforço nas ações de combate à criminalidade

Estratégia 1: Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2007, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o curso de combate ao crime ministrado para policiais que participaram da segurança dos Jogos Pan-americanos.

Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Estratégias 1: Reforma de postos de fiscalização

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias e superintendências, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Dificuldades:

1- Recursos ordinário insuficiente para atender as várias necessidades de reformas;

Devido às limitações orçamentárias, as obras de reforma, com o recurso ordinário, foram exclusivamente as que foram licitadas ao final de 2006 e não haviam sido empenhadas no prazo fixado. As novas demandas de 2007, ficaram reprimidas.

2- Emendas parlamentares contingenciadas;

Algumas regionais conseguiram emendas parlamentares na LOA 2007, para execução de obras nos seus estados, porém, como o recurso de emendas parlamentares ficou contingenciado até o final do ano, poucas regionais conseguiram realizar o processo licitatório a tempo de se aproveitar empenhar os recursos.

3- Problemas na construção da Sede do DPRF;

Quando da execução das fundações da obra, foi verificado, que haviam discrepâncias entre os valores de resistência do terreno no projeto e os verificados in loco. Para resolver este impasse, a obra foi paralisada e contratada consultoria para averiguar estas discrepâncias. Depois de diversos testes no terreno, foi proposta uma solução para o problema, aceita pelo DPRF e pela empresa construtora. Espera-se que em 2008 a obra prossiga sem demais contratemplos.

Estratégia 2: Substituição de viaturas obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso, é necessário a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, e de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante as rondas/perseguições. Como em média, existem 2.000 viaturas da PRF em funcionamento em todo País, o ideal seria a substituição de pelo menos 500 veículos por ano.

Dificuldades:

1-Emendas parlamentares contingenciadas

A emenda parlamentar para compra de viaturas pelo DPRF, no valor de R\$ 13.465.000,00, ficou contingenciada até o mês de dezembro. As 319 viaturas adquiridas com esse recursos, somente serão entregues em 2008, ano em que se verá o resultado efetivo desta aquisição.

2-Recursos insuficientes para reposição de ¼ da frota

A estratégia foi parcialmente prejudicada devido às limitações orçamentárias, pois não foi possível substituir ¼ da frota (500 veículos), a fim de diminuir os custos de manutenção (atualmente em R\$ 12.000.000,00 / ano). Porém, em 2007, foram entregues os 469 veículos adquiridos em dezembro de 2006, o que contribui para melhorar as atividades de fiscalização.

Estratégia 3: Melhorar a segurança nos Centros de Processamento de Dados

Devido a problemas de superaquecimento e interrupções de energia no ambiente dos servidores de rede do CPD, todos os sistemas da PRF podem parar de funcionar, prejudicando o serviço rotineiro do policial na rodovia: consulta aos bancos de dados de segurança pública e preenchimento dos boletins de ocorrências eletrônico. Neste sentido, é estratégico a melhoria da segurança contra falta de energia e superaquecimento dos equipamentos, pela aquisição de nobreaks, aparelhos de ar condicionado e sensores de temperatura.

Esta estratégia foi integralmente executada, através das aquisições dos equipamentos listados acima.

Devido ao acréscimo de recurso, pelo crédito extraordinário liberando em dezembro de 2007, outros projetos que estavam no aguardo de verbas, puderam ser realizados, como o projeto Sistemas de Tecnologias Integradas. Foram adquiridos também, diversos equipamentos de informática, demandados pelas regionais.

4- GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1. Programas

4.1.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

4.1.1.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM

Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

4.1.1.3. Gestão das Ações

4.1.1.3.1. Ação 1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

4.1.1.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Aquisição de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade Central, através de instalações adequadas para o desenvolvimento de suas atividades e atendimento a sociedade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA

Responsável pela execução da ação no nível local	
--	--

4.1.1.3.1.1.2. Resultados

Esta é uma ação exclusiva do DPRF não tendo resultado nas Regionais

AÇÃO:11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Relatar os resultados da regional nesta ação (Gestão de Modernização)

-Não houve construção ou ampliação em qualquer instalação da Unidade no exercício em questão.

AÇÃO:1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.

Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

- Foram empenhados R\$7.000,00 com reforma da sede desta Regional.

- Com recursos do exercício de 2006, foram concluídas reformas, na Sede da regional; Sede da Delegacia 13/1-Maceió e Posto PRF de São Sebastião.

AÇÃO:1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Manutenção e desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição de programas,

	computadores, servidores e acessórios para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas e das demais áreas. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver sistemas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Administração de Redes
Coordenador nacional da ação	RODNEY LOEFFLER RAMOS PORTILHO
Responsável pela execução da ação no nível local	Murilo Cavalcanti de Albuquerque Junior

Resultados:

Foram adquiridos R\$5.799,55 em material de consumo, sendo 25 pentes de memória de 512mb, 10 processadores AMD ATHLON 64x2 e de 10 placas-mães AMD ATHLON. Foram prestados serviços de Frame-Relay no total de R\$ 171.000,00. Foram realizadas manutenções em transceptores, perfazendo o total de R\$9.150,00 e realizada manutenção em equipamentos de informática, no valor de R\$ 180,00.

Implantações no exercício:

- Início do uso do Radar;
- Instalação dos rádios banda alta nas delegacias (facilita o contato com PM, PC, Bombeiros, SAMU e Aeronaves do DPRF);
- Instalação das repetidoras;
- Instalação do servidor VoIP;
- Instalação da Nova Central Telefônica;
- Aquisição de diversos equipamentos através da própria Unidade, Sede do DPRF e procedentes de outras regionais:

AÇÃO:7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Administração
Coordenador nacional da ação	FRANCISCO BRANDÃO DE OLIVEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local	Gibson Magalhães Viana

Resultados:

- No exercício de 2007 a Unidade recebeu viaturas operacionais adquiridas pela sede do DPRF, sendo 04(quatro) veículos Astra, 02(duas) camionetas Mitsubishi L-200 e 01(uma) resgate Renault Master.

4.1.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

4.1.2.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das

	rodovias federais
--	-------------------

4.1.2.2. Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal
 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
 2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF
 2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
 2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal
 4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais
 4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
 4641 Publicidade de Utilidade Pública
 86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.3. Gestão das Ações

4.1.2.3.1. Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.3.1.1. Dados Gerais

TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	JANE MARGARETH CIARLINI GOULART DOS SANTOS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.2.3.1.2. Resultados

- Não houve execução desta Ação por parte da regional.

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO SILVA DO NASCIMENTO
Responsável pela execução da ação no nível local	Melquizedeque Souza de Lacerda

Resultados:

- Com a operacionalização de radar móvel no segundo semestre do exercício de 2007, foram aplicadas multas aos infratores por excesso de velocidade.

AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.

Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas á formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local	Maria Lúcia Albuquerque Maranhão

Resultados:

Foram despendidos R\$15.783,81 com diárias e R\$ 8.469,87 com passagens aéreas, para capacitação de policiais rodoviários federais desta regional, em diversos cursos e treinamentos.

- Cursos/Treinamentos realizados:

FINALIDADE

QUANT. SERVIDORES

Redação Oficial e Técnica

05

Direitos Humanos

02

Polícia Comunitária

20

Instrução de Manuseio e Tiro de Fuzil FAL 7.62

14

Salvamento Veicular

02

Palestra Motivacional/Auto Estima

04

Estágio de Nível em Operações Especiais

02

Psicologia Forense

04

Operacionalização de Sistema de Controle/DOF

02

Treinamento em Técnicas Policiais

79

AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	<p>Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros.</p> <p>Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF

Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Melquizedeque Souza de Lacerda

Resultados:

Foram despendidos R\$10.606,44 com diárias. Foram despendidos R\$243.805,04 com manutenção da frota, adquiridos 200 cones de sinalização por R\$ 9.748,00, adquiridos uniformes por R\$ 55.418,27, despesas de R\$ 968,56 com aquisição de passagens aéreas e aquisição de máquina de recarga, balança de precisão, tamboreador, cronógrafo e martelo de inércia - equipamentos de recarga de munição, por R\$ 8.130,00.

AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	CICERO DEMETRIO VIEIRA DE ALMEIDA

Resultados:

Foram despendidos R\$9.049,36 com diárias e R\$1.480,65 com aquisição de passagens aéreas, em atividades de inteligência.

ATIVIDADES-INTELIGÊNCIA: Ano referência 2007

Período: 01 JAN a 31 DEZ 2007.

1. DOCUMENTOS DE INTELIGÊNCIA PRODUZIDOS

- 44 documentos de Inteligência foram produzidos durante o ano de 2007.

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADE MENSAL

- 12 relatórios produzidos.

3. RESENHAS DIÁRIAS

- 48 resenhas foram produzidas.

4. DENÚNCIAS RECEBIDAS

- 36 denúncias foram recebidas pelo núcleo de inteligência entre os meses de Maio a Dezembro 2007.

5. OPERAÇÕES / VIAGENS

- Brasília: Abril a Maio 2007
- Rio de Janeiro: Junho a Agosto 2007
- Pernambuco: Julho 2007
- São Paulo: Setembro 2007
- Sergipe: Novembro 2007

6. REUNIÕES DURANTE O ANO DE 2007

- Serviço de Inteligência da SEFAZ/AL
- Seção de Inteligência do 59º BIMTZ
- Seção de Inteligência da PM/AL
- Departamento de Inteligência da SEDS/AL
- Superintendência da ABIN/AL
- Ministério Público Estadual
- Ministério Público Federal
- Petrobrás
- Instituto de Identificação

- Incra

AÇÃO:4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos..Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA
Responsável pela execução da ação no nível local	Gustavo Henrique de Mendonça Alves

Resultados:

Foram adquiridos R\$ 5.221,35 em materiais médicos e farmacológicos.

AÇÃO:4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Melquizedeque Souza de Lacerda

Resultados:

Foram realizados deslocamentos de servidores com pagamento de diárias, no total de R\$ 9.347,60.

ITEM	QTD	2006	2007	VARIAÇÃO
Pessoas Detidas	UNID.	184	247	34,24%
Maconha	KG	1,400	0,031	-97,79%
Cocaína	KG	0,985	0,010	-98,98%
Haxixe	ESFERAS	0	0	0,00 %
Crack	KG	1,050	0,010	-99,05%
CD/DVD's	UNID.	1.877	0	-100,00%
Cigarros	PCT.	0	0	0,00 %
Informática	UNID.	26	0	-100,00%
Eletrônicos	UNID.	70	0	-100,00%
Medicamentos	UNID.	1.067	43	-95,97%
Armas	UNID.	39	53	35,90%
Munições	UNID.	438	682	55,71%
Animais Silvestres	UNID.	24	10	-58,33%
Madeira	M ₃	0	24	+ 24
Trabalhador libertado	UNID.	0	0	0,00 %
Veículos recuperados	UNID.	111	158	42,34%
Veículos Fiscalizados	UNID.	90.232	90.438	0,23%
Flagrantes de Infrações	UNID.	17.100	17.288	1,10%

AÇÃO:4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO
Responsável pela execução da ação no nível local	Maria Lúcia Albuquerque Maranhão

Resultados:

PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, FORAM PAGAS DIÁRIAS E PASSAGENS AÉREAS, TOTALIZANDO R\$ 978,40 E R\$1.280,96, RESPECTIVAMENTE.

AÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	ALEXANDRE CASTILHO DE MOURA COSTA VIEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jefferson Luis Gonçalves dos Santos

Resultados:

Não houve despesas nesta ação

AÇÃO:86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	JOSÉ ROBERTO ÂNGELO BARROS SOARES

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)

Edeny Oliveira de Andrade Nascimento

Resultados: No âmbito da regional, foram emitidos 17.039 Autos de Infrações, sendo 4,583% de perdas no preenchimento, dos quais 2,68% refere-se a cancelamento de AI inutilizados, entretanto estes foram substituídos por outros AIs, resumindo a perda total em 1,90% de AI inconsistentes.

ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO: R\$ 448.298,09

4.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

4.1.3.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

2000 Administração da

Unidade

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

4.1.3.3. Gestão das Ações

4.1.3.3.1. Ação 2000 Administração da Unidade

4.1.3.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.3.3.1.2. Resultados

Foram pagos R\$81.917,71 em diárias administrativas;

R\$25.042,10 com água canalizada; R\$46.288,23 com aquisição

de material de consumo, como material de expediente, materiais elétricos, pastas executivas e outras pequenas despesas. Foram adquiridos 06 bebedouros, perfazendo o total de R\$2.220,00. Aquisição de 06 fragmentadores de papel/CD/DVD totalizando R\$1.594,08. Aquisição de 16 (dezesseis) tatâmis para treinamento de policiais desta regional, por R\$930,24. Aquisição de 06 aparelhos de ar condicionado, por R\$6.758,80. Aquisição de filmadora portátil, por R\$354,10. aquisição de mobiliário, por R\$7.201,00. Confecção de materiais gráficos por R\$6.660,00. Terceirização de mão-de-obra de auxiliares administrativos e telefonistas, perfazendo o total de R\$98.684,80. Limpeza e conservação predial, R\$261.070,95. Despesas com contrato de vigilância armada, no total de R\$172.723,16. Despesas com correios, de R\$2.050,00. despesas com descupinização dos núcleos de multas e penalidades e o de inteligencia desta regional, no valor de R\$2.550,00. Despesas com energia elétrica, ao todo R\$118.777,55. Despesas com assinatura e publicação no diário oficial da união, de R\$9.383,04. Instalação de ramais telefônicos, R\$120,00. Licenciamento das viaturas desta regional, R\$12.162,02. Manutenção de bomba submersa, da sede da delegacia 13/2, por R\$2.267,00. Manutenção de fotocopiadoras, totalizando R\$2.690,00. Manutenção e recarga de 69 extintores de incêndio, por R\$1.847,00. Manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar, totalizando R\$6.264,82. Aquisição de passagens aéreas, totalizando R\$23.703,61. Despesas com remoção ex-ofício de servidor desta regional, de R\$21.266,88. Substituição de transformador de energia elétrica, transformador de 112,5 kva, para a sede desta regional, por R\$3.880,00. Serviços de telefonia, por R\$100.325,95.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores,Empregados e seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Não houve despesas nesta ação.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
---	--

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF

Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

5- DESEMPENHO OPERACIONAL

Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa;

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas

Programa 0750

Não há indicador

Nome, descrição e tipo do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas.

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_m = (N^{\circ} \text{ Mortos} / N^{\circ} \text{ Vítimas}) \times 100$, responsável pelo cálculo: CGO

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_a = ((N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$, responsável pelo cálculo: CGO

Obs: As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011

Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI- Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_{adq} = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$, responsável pelo cálculo : CGPLAM

METAS FÍSICAS: 27,29% dos postos, considerados adequados.

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

% de postos adeq. Fisicamente.....16,18% (ver tabela em anexo)

% de postos adeq. quanto à Tecnologia da Informação.....33,33 % (ver tabela em anexo)

% de postos adeq. quanto a Viaturas.....32,35 % (ver tabela em anexo)

$$\text{Icaif}=(16,18\%+33,33\%+32,35)/3= \mathbf{27,29 \%}$$

O indicador informa que 27,29 % dos postos da PRF estão adequados fisicamente, não havendo aumento da melhoria dos postos em relação à 2006.

Comparativo 2006/2007

% de postos adeq. Fisicamente..... 32,50% (2006) 16,18 % (2007)

% de postos adeq. quanto à Tec. da Inf .. 60,00% (2006) 33,33 % (2007)

% de postos adeq. quanto a Viaturas.....55,00% (2006) 32,35 % (2007)

Quanto aos fatores que levaram uma diminuição do sub-índice % de postos adequados fisicamente, em relação à 2006, o principal motivo foi a restrição orçamentária. Em 2007 originalmente na LOA , a dotação nas ações de reforma e de construção de unidades foi em torno de R\$ 2.000.000,00. Na LOA 2006, a dotação inicial destas ações era em torno de R\$ 7.000.000,00. Em dezembro de 2007, foram empenhados quase R\$ 2.000.000,00 provenientes de um crédito extraordinário, na ação de reforma de unidades. Este recurso foi utilizado na contratação de obras de manutenção predial em 65 unidades da PRF, porém, os resultados desta ação, no indicador, só se farão sentir em 2008.

Quanto aos fatores que levaram a uma diminuição do sub-índice % de postos adequados quanto à tecnologia da informação, em relação à 2006, o principal motivo deve-se às restrições orçamentárias. Em 2007 originalmente na LOA 2007, houve a dotação de R\$ 1.000.000,00. , para aquisição de material permanente, na ação 1835, de modernização dos sistema de TI, em 2006, a dotação inicial desta ação, para compra de material permanente era de R\$ 4.350.000,00.

O questionário que avalia a adequação dos postos, para se calcular o coeficiente de adequação, está em fase de aprimoramento, a fim de que seja padronizado os conceitos de todos os avaliadores, sobre o que é considerado um posto adequado na PRF, pois, este critério, ainda é empírico, dependendo do ponto de vista de cada avaliador, o que pode gerar distorções no resultado geral deste coeficiente. Como exemplo, pode-se ilustrar o caso da regional do Rio Grande do Sul, que segundo o questionário, informou que 50 % dos postos não estão adequados quanto a ter a rede / internet do DPRF funcionando. Porém, segundo o gestor nacional desta ação, todos os postos desta regional possui acesso à rede do DPRF e à internet. O que pode ter acontecido é que o avaliador julgou que a rede não estava adequada nestes postos, devido à baixa velocidade do link, talvez não tenha ficado claro, o critério para avaliar o que é um posto com rede adequada, se seria considerado adequado apenas se possuísse acesso à rede, sem levar em conta fatores como velocidade, etc,. Isto deixou margem para que o avaliador julgasse com critério próprio.

PROGRAMA 0663

METAS FÍSICAS: Redução do número de acidentes e mortes em relação à 2006

TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS

Número de Mortos 2006.....97 Número de Mortos
2007.....140

Número Total de Vítimas 2006....1204 Número Total de Vítimas
2007..... 1390

Im 2006= (97 / 1204)x100= 8,05 % Im 2007= (140 / 1390)x100= 10,07

Registrou-se um percentual maior na relação percentual de número de vítimas e número de mortos(no ano anterior foi registrado 8,05). Foi implantada a fiscalização com radar fotográfico no combate ao excesso de velocidade, intensificadas fiscalizações para coibir ultrapassagens proibidas e embriaguez ao volante, vez que essas condutas levam a maior gravidade nos acidentes. Houve um acréscimo no número de veículos fiscalizados e significativo acréscimo nas fiscalizações eletrônicas e nas autuações, objetivando combater, principalmente, as condutas citadas anteriormente, sendo aplicadas 17.039 multas.

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS

Número de Acidentes 20061391 Número de Acidentes 2007.....
1618

Ia=(1618/1391)-1 x 100= 16,31

O percentual de aumento registrado considera números absolutos. Não leva, portanto, em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte. Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalta-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceram em torno da rodovia e esta se tornou um grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

Sobre essa possibilidade, já tinha sido lançado um alerta na avaliação do PPA 2004-2007 - Ano Base 2006, cujo texto é abaixo reproduzido:

“Dados levantados pela PRF demonstram que 80% dos acidentes ocorrem em pistas em boas condições de trafegabilidade. Por isso, a preocupação apresentada é pertinente. Para mitigar o problema, faz-se necessário atualizar o efetivo da PRF, atualmente 10.098 vagas com 9.700 preenchidas. Faz-se necessário preencher as vagas legais existentes, bem como anualmente aumentar esse limite. Estudo preliminares da PRF demonstram que o efetivo suficiente para impactar o resultado do programa seria de 20 mil policiais.

Vale ressaltar que, com essa providência seria possível estabelecer meta para reduzir substancialmente o índice de acidentes e não apenas mantê-lo em patamar aceitável considerando a média histórica. A redução do índice de acidente, além da preservação da maior riqueza da Nação - a vida do cidadão - possibilitaria reduzir o impacto econômico dos acidentes. O custo de acidentes em rodovias federais, segundo o estudo do IPEA, passa de 6,5 bilhões de reais por ano. O orçamento total do DPRF/MJ gira em torno de 2 bilhões. A majoração desse orçamento para próximo de 3 bilhões possibilitaria aumentar substancialmente o efetivo e melhorar o custeio e investimento do órgão.

Além da economia quanto aos impactos econômicos dos acidentes, seria produzido outro efeito - aumentar o combate à criminalidade organizada, que se utiliza das rodovias para escoar o produtos de suas ações criminosas. O aumento da ostensividade, conseguida com efetivo maior e em melhores condições quanto a equipamento, viaturas, etc, teria o poder de dar ao cidadão usuário das rodovias, bem como à população lindeira, maior sensação de segurança. Isso significa melhor avaliação do órgão junto à opinião pública, bem como confere maior credibilidade ao Governo Federal no sentido de dar o exemplo necessário aos entes federados, quanto à preocupação com a segurança pública e com a qualidade de vida da população.”

Embora tenha sido registrado acréscimo no número de acidentes, vale ressaltar que a média dos últimos quatro anos (2003 a 2006) de acidentes por 10.000 veículos da frota é de 27,2. Em 2007, registrou 24,79 acidentes por 10.000 veículos, perfazendo uma redução de 8,86%. Portanto, não seria razoável considerar números absolutos para avaliar o desempenho do órgão. Esse fato, motivou a mudança da metodologia de aferição para o próximo PPA (2008-2011). Entretanto, reforça-se a observação acima registrada. É necessário dotar o DPRF dos meios necessários para fazer frente as demandas que o novo cenário econômico tem apresentado.

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas (foram apreendidas mais de 44 toneladas de maconha e 4,25 toneladas de cocaína, número 36,86% superior que o registrado no ano anterior), ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais(apreensões de madeira e

animais silvestres) e, principalmente, os crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos. A PRF, nesse exercício, mapeou os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, notificou todos os seus proprietários e exerce vigilância contínua.

6- INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENUNCIA FISCAL - NÃO SE APLICA

7- CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

7.1-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Foram as seguintes execuções orçamentárias no exercício de 2007, no âmbito da regional:

DETALHAMENTO DA DESPESA	NATUREZA DE DESPESA	DESPESA EXECUTADA
MANUTENÇÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	31.90.08 – AUXÍLIO FUNERAL	16.792,59
	33.90.14 – DIÁRIAS	377.765,16
	33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO	276.707,37
	33.90.33 – PASSAGENS AÉREAS	43.630,34
	33.90.37 – LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	475.282,12
	33.90.39 – SERV.COM PESSOA JURÍDICA	526.661,24
	33.90.92 – DESP. EXERC. ANTERIORES	197.819,10
	33.90.93 – INDEN. E RESTITUIÇÕES	13.366,88
	33.91.39 - SERV. P.J. - OP.INTRA. ORÇ.	9.383,04
	34.44.90.52 – MATERIAL PERMANENTE	249.123,47

7.2-ARRECADAÇÃO

Arrecadação de Multas

Impulsionada pela implantação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF), administrado pelo DENATRAN-Departamento Nacional de Trânsito/Ministério das Cidades, foi possibilitada a arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal, ressaltando que o órgão não possuía meio coercitivo para realização de tal cobrança.

Do total de 17.039 multas aplicadas pela PRF no Estado, no valor de R\$ 3.186.150,11, foram os seguintes resultados no exercício de 2007.

ANO	QUANTITATIVO	MONTANTE ARRECADADO R\$
2007	2.845	448.298,09

7.3-PAGAMENTO DE DIÁRIAS

DIARIAS - 339014	VALOR
-ADMINISTRATIVAS	28.163,84
-CORREICIONAL	53.128,99
-OPERACIONAIS	271.768,96
-INTELIGÊNCIA	9.049,36
TOTAL	377.765,16

7.4-SUPRIMENTO DE SERVIÇOS/BENS

No exercício de 2007 esta Unidade executou despesas por Inexigibilidade de Licitação com base no Artigo 25 Caput da Lei nº 8.666/93; Dispensa de Licitação pelos Artigos 24 Incisos XVI e XVII e Artigo 24 Inciso II da sobredita Lei, não extrapolando neste último inciso o limite permitido por sub-item, de R\$ 8.000,00(Oito Mil Reais) anual, cujos processos encontram-se à disposição desse órgão de controle.

MATERIAIS/SERVIÇOS	VALOR R\$
- DIÁRIAS	377.765,16
- CONTRATOS CONTINUADOS	648.332,12
- PASSAGEM AÉREA	43.630,34
- MATERIAL PERMANENTE	249.123,47
- MATERIAIS DE CONSUMO/PEÇAS MANUT.VIATURAS	276.707,37
- SERVIÇOS, INCLUINDO MANUT. VIATURAS	362.994,28

LICITAÇÕES 2007

Controle	Modalidade	Objeto	VALOR R\$	PROCESSO
1/2007	Pregão Eletrônico	Telefonia Fixa Comutada / Convencional	-----	08670000011/200 6-11
2/2007	Pregão Eletrônico	Telefonia Fixa Comutada / Convencional	58.056,28 (estimativo)	08670000011/200 6-11
3/2007	Pregão Eletrônico	Serviços especializado de limpeza, asseio e conservação diária, incluindo material de consumo, higiene pessoal e equipamentos necessários à execução	250.940,82	08670000133/200 7-80
4/2007	Pregão Eletrônico	Aquisição de material elétrico	9.905,21	08670000638/200 7-44
5/2007	Pregão Eletrônico	Prestação de Serviço de Emissão de Bilhete de Passagem Aérea Nacional - Perc. Desconto Sobre Volume Total de Vendas	-----	08670000873/200 7-16
6/2007	Pregão Eletrônico	Prestação de Serviço de Emissão de Bilhete de Passagem Aérea Nacional - Perc. Desconto Sobre Volume Total de Vendas	52.080,00 (estimativo)	08670000873/200 7-16
7/2007	Pregão Eletrônico	Serviços de manutenção de viaturas	181.383,48 (estimativo)	08670000874/200 7-61

DA FROTA

Para o desempenho de suas atribuições, a unidade utilizou-se de sua frota, composta de veículos operacionais, administrativos e de apoio, e motocicletas.

-Veículos Operacionais

MODELO	ANO	QTD.	EST. DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÃO
FIAT MAREA	2001	02	REGULAR	KM ELEVADA, NECESSITANDO SEREM SUBSTITUÍDOS
FORD F 1000	1997	01	BOM	BAIXA KM PARA O MODELO E ANO DE FABRICAÇÃO
GM ASTRA	2004	02	REGULAR	KM ELEVADA, NECESSITANDO SER SUBSTITUÍDOS
GM ASTRA	2007	04	ÓTIMO	VEÍCULOS RECÉM ADQUIRIDOS, SENDO QUE UM ENVOLVEU-SE EM ACIDENTE E NECESSITA DE REPAROS
GM BLAZER	1998	08	RUIM	VEÍCULOS COM ALTA QUILOMETRAGEM, ALTO CUSTO DE MANUTENÇÃO, NECESSITANDO SER SUBSTITUÍDOS
GM BLAZER	2006	02	BOM	VEÍCULOS AINDA EM BOAS CONDIÇÕES DE USO.
GM S-10	2004	01	BOM	VEÍCULOS AINDA EM BOAS CONDIÇÕES DE USO.
GM ZAFIRA	2004	03	REGULAR	VEÍCULOS COM ALTA QUILOMETRAGEM, ALTO CUSTO DE MANUTENÇÃO, NECESSITANDO SER SUBSTITUÍDOS
MMC L 200	2006	04	BOM	VEÍCULOS AINDA EM BOAS CONDIÇÕES DE USO.
MMC L 200	2007	02	ÓTIMO/RUIM	VEÍCULOS RECÉM ADQUIRIDOS, SENDO

				QUE UM ENVOLVEU-SE EM ACIDENTE COM POSSIBILIDADE DE PERDA TOTAL DO BEM.
TOTAL		29		

-Veículos de Apoio

MODELO	ANO	QTD.	EST. DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÃO
AGRALE 7500	2000	01	BOM	VEÍCULOS EM BOAS CONDIÇÕES DE USO (PRANCHA HIDRÁULICA)
GMC 6.150	1999	02	BOM	VEÍCULOS EM BOAS CONDIÇÕES DE USO (BOIADEIROS)
M.B. L 2014	1988	01	BOM	VEÍCULOS EM BOAS CONDIÇÕES DE USO (GUINCHO E MUNK)
M.B. L 608	1977	01	RUIM	TANQUE PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, NECESSITANDO SER SUBSTITUÍDO.
M.B. SPRINTER	1999	01	BOM	VEÍCULOS EM BOAS CONDIÇÕES DE USO (POSTO MÓVEL).
TURISCAR	1994	01	RUIM	TRAILLER DE APOIO EM PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE USO.
REBOQUE	1994	02	BOM	REBOQUE PARA TRANSPORTE DE MOTOCICLETAS EM BOAS CONDIÇÕES DE USO
TOTAL		09		

-Unidades de Resgate

MODELO	ANO	QTD.	EST. DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÃO
FIAT IVECO	1998	04	REGULAR/RUIM	TRÊS VEÍCULOS EM OPERAÇÃO EM CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ALAGOAS E UM EM FASE DE IMPLANTAÇÃO DE CONVÊNIO COM O

				SAMU.
RENAULT MASTER	2007	01	ÓTIMO	VEÍCULO RECÉM ADQUIRIDO EM FASE DE IMPLANTAÇÃO DE CONVÊNIO COM O SAMU
TOTAL		05		

-Veículos Administrativos

MODELO	ANO	QTD.	EST. DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÃO
FIAT PÁLIO	1998	02	RUIM/REGULAR	UM DESTINADO A LEILÃO, SEM CONDIÇÕES REGULARES DE USO.
FIAT STRADA	1998	01	BOM	BOAS CONDIÇÕES DE USO.
FIAT TEMPRA	1997	01	PÉSSIMO	DESTINADO A LEILÃO
FIAT UNO	1997	03	REGULAR	VEÍCULOS COM ALTA QUILOMETRAGEM E NECESSITANDO SER SUBSTITUÍDOS.
GM ASTRA	2007	01	ÓTIMO	VEICULO RECÉM ADQUIRIDO.
GM BLAZER	1998	01	REGULAR	VEÍCULO SENDO REFORMADO.
GM BLAZER	2002	01	BOM	VEÍCULO EM BOAS CONDIÇÕES DE USO.
GM CORSA	2000	01	REGULAR	ALTA QUILOMETRAGEM MAS, EM CONDIÇÕES REGULARES DE USO.
GM CORSA	2002	01	REGULAR	CONDIÇÕES REGULARES DE USO
TOTAL		12		

-Motocicletas

MODELO	ANO	QTD.	EST. DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÃO
HONDA CB 500	2002	06	BOM	BAIXA QUILOMETRAGEM E BOAS CONDIÇÕES DE USO EM ESCORTAS E BATEDORES.
HARLEY DAVIDSON	2007	04	ÓTIMO	BAIXA QUILOMETRAGEM E BOAS CONDIÇÕES DE USO EM ESCORTAS E

				BATEDORES.
TOTAL		10		

SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS
QUADRO DEMONSTRATIVO DOS 10 (DEZ) MAIORES CONTRATOS DE 2007

CONTRATADA	CNPJ	DESCRIÇÃO	AMPARO LEGAL	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR ANUAL	TOTAL DO CONTRATO
TERSEVIG – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA LTDA	05072256/0001-28	VIGILÂNCIA ARMADA	PREGÃO 006/2004 – Lei 10.520/2002.	339037	R\$ 173.723,16	R\$ 173.723,16
TELEMAR NORTE LESTE S/A	33000118/0001-79	SERVIÇOS DE FRAME-RELAY	Pregão 002/2005 – Lei 10.520/2002.	339039	R\$ 171.000,00	R\$ 171.000,00
ELIMAR PRESTADORA DE SERVIÇOS EM GERAL LTDA	01182827/0001-26	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL	PREGÃO 003/2007 – Lei 10.520/2002.	339037	R\$ 146.320,15	R\$ 146.320,15
KID AUTO PEÇAS LTDA	11917929/0001-04	MANUTENÇÃO DA FROTA	PREGÃO 003/2006 – Lei 10.520/2002.	339039	R\$ 24.627,86	R\$ 111.231,64
				339030	R\$ 86.603,78	
ELIMAR PRESTADORA DE SERVIÇOS EM GERAL LTDA	01182827/0001-26	MÃO-DE-OBRA DE AUXILIARES ADMINISTRATIVOS E TELEFONISTAS	PREGÃO 002/2004 – Lei 10.520/2002.	339037	R\$ 86.808,60	R\$ 86.808,60
CENTRO AUTOMOTIVO MONCAR	02320155/0001-30	MANUTENÇÃO DA FROTA	PREGÃO 003/2006 – Lei 10.520/2002.	339039	R\$ 13.729,36	R\$ 64.472,49
				339030	R\$ 50.743,13	
ELIMAR PRESTADORA DE SERVIÇOS EM GERAL LTDA	01182827/0001-26	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL	PREGÃO 001/2004 – Lei 10.520/2002	339037	R\$ 60.430,41	R\$ 60.430,41
TIM NORDESTE TELECOMUNICAÇÕES S/A	02336993/0001-00	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	INEXIGIBILIDADE – Lei 8666/93, art. 25, caput.	339039	R\$ 52.917,86	R\$ 52.917,86
DISTAK AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	35636034/0001-51	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS	PREGÃO 004/2006 – Lei 10.520/2002.	339033	R\$ 43.630,34	R\$ 43.630,34
TELEMAR NORTE LESTE S/A	33000118/0001-79	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA	PREGÃO 002/2007 – Lei 10.520/2002.	339039	R\$ 28.936,64	R\$ 28.936,64

7.5-ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Através de portarias já existentes e publicação de portarias para processos com vigência a partir de 2007, a Unidade acompanhou a execução contratual por meio de fiscais designados, os quais além de emitirem relatórios quando da verificação de ocorrências, também se pronunciaram nos processos de pagamentos, fazendo inclusive a medição das notas fiscais no SIASG.

7.6-DESAZIMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS INSERVÍVEIS OU ANTIECONÔMICOS

Através do Processo nº 08.670.000.422/2007-89, foi inicializado pela regional procedimento para desfazimento de viaturas administrativas e operacionais, sendo leiloadas em Recife pela 11ª Superintendência da PRF/PE, conforme Processo nº 08.654.002.524/2007-37 e quadro abaixo:

Item	Descrição veículo	Placa	Valor arrematação
01	GM Corsa ano 2000	MUV-3394	8.000,00
02	GM BLAZER ano 1998	MUP-1594	8.700,00
03	GM BLAZER ano 1998	MUP-1644	9.000,00
04	GM BLAZER ano 1998	MUP-1654	8.300,00
05	GM BLAZER ano 1998	MUP-1664	9.150,00
06	GM BLAZER ano 1998	MUP-1674	6.800,00
07	GM BLAZER ano 1998	MUP-1724	8.500,00
08	GM BLAZER ano 1998	MUP-1744	8.300,00
09	Toyota Bandeirante ano 1993	JTH-0049	33.000,00
10	Fiat Tempra ano 1997	MUG-9854	5.100,00
11	Chevrolet D-60 ano 1980	MUT-4243	17.100,00
12	Motocicleta AME/Amazonas ano 1986	MUO-4312	9.100,00
13	Motocicleta Honda CB-450 ano 1988	MUO-5535	2.300,00
	TOTAL ARRECADADO		133.250,00

7.7-RESULTADOS DAS AÇÕES OPERACIONAIS DESENVOLVIDAS

Foram os seguintes resultados das Ações Operacionais realizadas pela Unidade:

	2006	2007		2006	2007
VEÍCULOS FISCALIZADOS	90.232	90.430	ARMAS APREENDIDAS	113	63
NOTIFICAÇÕES	17.100	17.288	MUNIÇÕES APREENDIDAS	438	682
VEÍCULOS RETIDOS	1.084	1.018	VEÍCULOS RECUPERADOS	116	158
AUXÍLIO A USUÁRIOS	705	866	DOCUMENTOS APREENDIDOS	632	863
AUXÍLIO A OUTROS ÓRGÃOS	127	92	PESSOAS DETIDAS	184	247
AUXÍLIO A DOENTES	372	16	CARGAS RECUPERADAS	3	8
ESCOLTAS E BATEDORES	62	64	OPERAÇÕES NACIONAIS	13	16
ANIMAIS APREENDIDOS	81	234	COMANDOS REGIONAIS	312	187
PALESTRAS	82	79			
ACIDENTES	1.376	1.620			
FERIDOS	1.080	1.235			
MORTOS	99	140			

ITEM	QTD	2006	2007	VARIAÇÃO
Pessoas Detidas	UNID.	184	247	34,24%
Maconha	KG	1,400	0,031	-97,79%
Cocaína	KG	0,985	0,010	-98,98%
Haxixe	ESFERAS	0	0	0,00 %
Crack	KG	1,050	0,010	-99,05%
CD/DVD's	UNID.	1.877	0	-100,00%
Cigarros	PCT.	0	0	0,00 %
Informática	UNID.	26	0	-100,00%
Eletrônicos	UNID.	70	0	-100,00%
Medicamentos	UNID.	1.067	43	-95,97%
Armas	UNID.	39	53	35,90%
Munições	UNID.	438	682	55,71%
Animais Silvestres	UNID.	24	10	-58,33%
Madeira	M ₃	0	24	+ 24
Trabalhador libertado	UNID.	0	0	0,00 %
Veículos recuperados	UNID.	111	158	42,34%
Veículos Fiscalizados	UNID.	90.232	90.438	0,23%
Flagrantes de Infrações	UNID.	17.100	17.288	1,10%

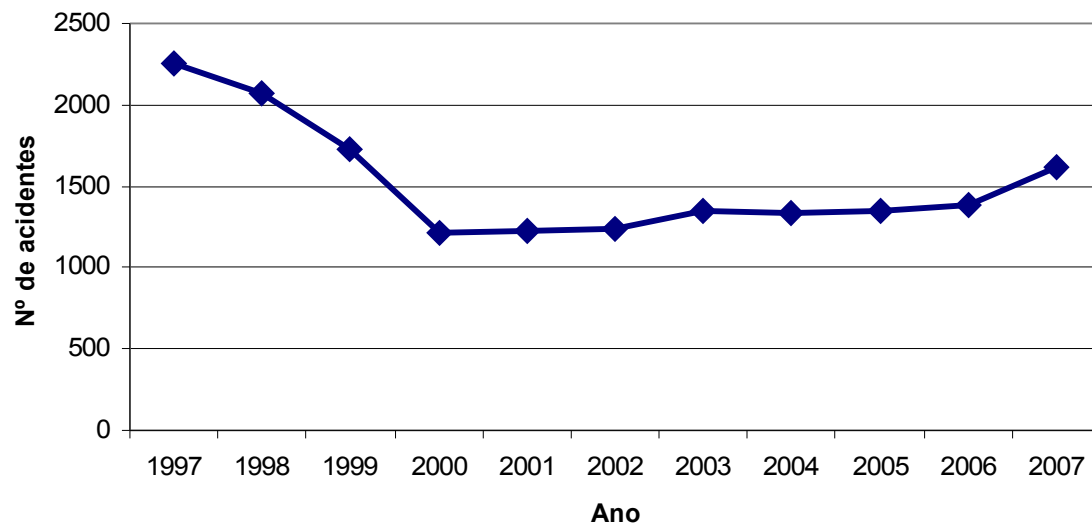
7.8-ASSISTÊNCIA À SAÚDE, RESGATE E SOCORRO NAS RODOVIAS FEDERAIS

A Unidade manteve o Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2003 com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, para socorro às vítimas nas rodovias federais, sendo utilizadas 03(três) viaturas resgate, distribuídas em bases de Maceió, São Miguel dos Campos e Palmeira dos Índios.

RELATÓRIO 2007

ano	Nº de:		
	acidentes	feridos	mortos
2006	1391	1107	97
2007	1618	1250	140
total	+227	+143	-43

Aumento de 16,32 % no nº de acidentes;
Aumento de 12,92 % no nº de feridos; e,
Aumento de 44,33 % no nº de mortos.



Por Delegacia, temos:

13ª SRPRF	2006	2006	Nº de acidentes:
Delegacia 1	792	933	Aumento de 17,80 %
Delegacia 2	482	539	Aumento de 11,83 %
Delegacia 3	117	146	Aumento de 24,79 %
Total	1391	1618	

Por BR, temos:

BR	2006	2007
101	526	594
104	264	323
110	0	3
316	562	643
416	0	10
423	36	38
424	3	7

Classificação dos Acidentes:	2006	2007	
Com Mortos	84	119	Aumento de 41,66%
Com Vítimas	608	678	Aumento de 11,51%
Sem Vítimas	699	821	Aumento de 17,45%

BR	LESÕES LEVES	Nº DE VÍTIMAS		
		LESÕES GRAVES	MORTOS	TOTAL GERAL
101	252	137	60	449
104	138	104	34	276
110	9	5		14
316	335	210	41	586
416	7	10	3	20
423	25	11	2	38
424	5	2		7
TOTAL	771	479	140	1390

Analisando os números do ano de 2007 e comparando aos apurados em 2006, observamos que iniciamos 2007 com redução em todos os índices (nº de acidentes, feridos e mortos), mantendo-se a redução do nº de mortos até Abril/07, quando em Maio/07 um só acidente lesionou 23 pessoas, matando 07, num trecho de baixo índice de acidentes. Neste mês citado registrou-se o pior mês de Maio desde 1998 em relação aos números de acidentes, tendo um acréscimo de 44,23% no nº de acidentes em áreas Urbanas, neste mesmo mês registramos o pior número de feridos desde Agosto/2003, e o pior nº de mortos desde a implantação do DATATRAN (2003) em Alagoas, e mesmo com números tão ruins, e com o aumento considerável do fluxo de veículos nas Rodovias e a deficiência no nº de nosso efetivo, conseguimos estabilizar os índices, terminando o ano com alguns pontos percentuais reduzidos em relação aos registrados até Maio/07.

Os melhores índices foram conseguidos nos meses de Janeiro, Abril, Junho e Novembro; e os piores índices foram registrados em Maio, Julho* e Dezembro* (*meses de Férias Escolares).

Outro trabalho que foi intensificado pela 13ªSRPRF foi os Comandos de Saúde nas Rodovias em parceria com o SEST/SENAT. Essa campanha educativa atendeu em 2007 cerca de 250 motoristas que foram examinados por profissionais de saúde visando a detecção de fatores de risco e criação de indicadores estatísticos, sendo ainda oferecidos diversos outros serviços, tais como vacinação, distribuição de preservativos, orientação sobre: Trânsito, Alimentação Saudável, DST, entre outros. Observo ainda que cada evento mobiliza cerca de 40 profissionais (policiais, médicos, técnicos de enfermagem, etc.).

Com a chegada de novos equipamentos (Monitor de determinação de parâmetros sanguíneos – Glicose, Colesterol e Triglicérides ACCUTREND GCT, Raizamed - RZ 2000, Balança Antropométrica, Aparelhos de Bioimpedância de Mão, etc.) prevemos para 2008 um incremento do Comando, onde serão colhidos dados mais completos sobre a saúde dos motoristas que circulam nas Rodovias Alagoanas.

7.9-RECURSOS HUMANOS

-Ações de Capacitação Realizadas

FINALIDADE	QUANT. SERVIDORES
Redação Oficial e Técnica	05
Direitos Humanos	02
Polícia Comunitária	20
Instrução de Manuseio e Tiro de Fuzil FAL 7.62	14
Salvamento Veicular	02
Palestra Motivacional/Auto Estima	04
Estágio de Nível em Operações Especiais	02
Psicologia Forense	04
Operacionalização de Sistema de Controle/DOF	02
Treinamento em Técnicas Policiais	79

Obs: Em razão da não liberação de orçamento/financeiro por parte do DPRF/MJ os cursos previstos para serem implantados em 2007 não foram realizados.

- Previsão de Melhorias a Serem Implantadas em 2008.

CURSOS	CUSTOS
LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	5.954,53
ARMAMENTO TIRO E TÉCNICAS DE ABORDAGENS	5.228,53
DEFESA POLICIAL	4.502,53
MOTOCICLISTA BATEDOR	7.765,29
PREGOEIRO	4.400,00
SEGURANÇA DOS DOCUMENTOS	3.190,00
SINDICÂNCIA E PROCESSOS	3.080,00
DIREITO PENAL E ADMINISTRATIVO	9.900,00
DIREITOS HUMANOS	8.800,00
SIAFI – CPR	3.300,00
ATENDIMENTO AO PÚBLICO	2.750,00
PRODUTOS PERIGOSOS	3.300,00
TOTAL	62.170,88

- Quadro de Pessoal ativo

	31/12/06			31/12/07		
DEL 13/1	ADM	PRF	Total	ADM	PRF	Total
MACEIO	2	30	32	2	35	37
NOVO LINO		12	12		12	12
UNIÃO		12	12		12	12
CEDIDO À DPU		1	1		1	1
TOTAL	2	55	57	2	60	62
DEL 13/2	ADM	PRF	Total	ADM	PRF	Total
ATALAIA		23	23		18	18
S. MIGUEL		10	10		12	12
S. SEBASTIAO		16	16		16	16
TOTAL	0	49	49	0	46	46
DEL 13/2	ADM	PRF	Total	ADM	PRF	Total
PALMEIRA		17	17		17	17
CARIE		16	16		15	15
TOTAL	0	33	33	0	32	32
SEDE	ADM	PRF	Total	ADM	PRF	Total
Gabinete			0			0
NUINT		3	3		3	3
NUCOM		1	1		0	0
NUAT		1	1		1	1
SPF	1	1	2	1	2	3
NOE		13	13		8	8
NMP	1	1	2	1	1	2
NURAM	2	1	3	3	2	5
SAF	1	2	3		2	2
NUOFI		2	2		3	3
NUTEL		3	3		3	3
NUSEG		2	2		1	1
NUPAT		1	1		2	2
NUDOC	5	2	7	5	2	7
SRH		2	2		2	2
NUAP	1	1	2	1	1	2
NUCAP		1	1		1	1
CR		2	2		1	1
NUAI		1	1		1	1
Total Sede	11	40	51	11	36	47
TOTAL	13	177	190	13	174	187

OBSERVAÇÕES:

- Quantitativo de pessoal na área meio: **36 servidores**
- Quantitativo de pessoal na área fim : **151 servidores**
- O atual efetivo, não atende as necessidades da regional, havendo portanto carência de pessoal tanto na atividade meio quanto na atividade fim.

QUANTITATIVO DE APOSENTADOS, INSTITUIDORES E PENSÕES EM 31/12/2007

APOSENTADOS	107
INSTITUIDORES	26
PENSÕES	39

Ao longo de exercício de 2007 ocorreram 04 aposentadorias, 02 PRFs foram empossados na regional, 04 PRFs foram removidos para esta Superintendência e 05 PRFs foram removidos desta para outras unidades.

Informo também que, em razão do falecimento de servidores, foram concedidas 04 pensões civis no exercício de 2007.

Ressalto que os processos de aposentadorias e pensões, cujos registros no SISAC estavam pendentes, foram encaminhados à Coordenação Geral de Recursos Humanos/DPRF/MJ, área responsável pela avaliação e registro.

- Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativas aos atos de admissão e desligamento exigíveis no exercício a que se referem as contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002 -

Embora os processos sejam iniciados na regional, as portarias, demais procedimentos e comunicações aos órgãos de controle interno, ficam sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Recursos Humanos na administração central do DPRF em Brasília/DF.

- Informação quanto ao efetivo encaminhamento de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão exigíveis no exercício a que se referem as contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002 -

Embora os processos sejam iniciados na regional, as portarias, demais procedimentos e comunicações aos órgãos de controle interno, ficam sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Recursos Humanos na administração central do DPRF em Brasília/DF.

- Detalhamento dos valores pendentes de ressarcimento e providências adotadas, relativamente ao quantitativo de pessoal cedido e requisitado – Não há pendência.

OBSERVAÇÃO:

– Servidores Terceirizados

Contrato	Quantidade de funcionários
Telefonistas/Auxiliares Administrativos	05
Limpeza e conservação	15
Vigilantes	10

7.10-GESTÃO CORREICIONAL

ANEXO III – RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - ITEM 7 DO ANEXO V DA DN-TCU/85/2007

1.

Número do processo:	08670.000.021/2006-48			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 54		Data: 20/07/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com vtr Gm/Zafira HZO 6654, no Km 184,5, da BR 101, Estado de Sergipe.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento: Portaria nº 09, 09/02/07
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

2.

Número do processo:	08670.000.842/2006-84			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 15		Data: 26/02/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com vtr Gm/Corsa de placas MUV 3394, quando em deslocamento para sede da 3ª Delegacia.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento: Portaria nº 96, 20/08/07
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU

Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):
------------------------------------	--------------------------	--

3.

Número do processo:	08.670.000.144/2007-60					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 30			Data: 15/03/2007		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Problemas de abastecimento registrado nos veículos Fiat/Palio descaracterizado de placas MVF 2940 e MVF 2950.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento:
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

4.

Número do processo:	08670.000.116/2006-61					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 110			Data: 19/10/2007		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Problemas de abastecimento registrado Vtr Iveco/Resgate de placas MUR 7873, no convênio com o Corpo de Bombeiros de Alagoas.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado	

		julgamento em 13/02/2008				
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento:
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

5.

Número do processo:	08670.000.898/2007-10					
Tipo de processo:	**	Sindicância Investigativa		**	Sindicância Acusatória	
	**	Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador:	X	Portaria	**	Ordem de Serviço	**	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 108			Data: 19/10/2007		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com vtr Gm/Astra de placas MUX 6534 e ford/Pampa de placas MUP 3260, vtr foi colidida em um cruzamento quando transitava pela via principal no município de Arapiraca.					
Situação do processo:	**	Instrução	**	Indiciamento/Defesa	**	Relatório
	X	Processo encaminhado para julgamento em 13/02/2008			**	Processo Julgado
Julgamento:	**	Absolvição	**	Apenação	**	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	**	Penalidade Prescrita			**	Arquivamento:
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	**	MPF			**	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	**	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

6.

Número do processo:	08670.000.340/2007-34			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº: 109		Data: 19/10/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Servidor teve sua pistola PT 100 . 40 taurus nº SQI 24595 roubada durante um assalto a ônibus interestadual da Empresa Progresso no município de Gameleira/PE quando se deslocava para o plantão no Estado de Alagoas.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Relatório		<input type="checkbox"/>
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 29/01/2008		<input type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento:		
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

- CONCLUSÃO

Um efetivo ideal assim como quantidade de viaturas bem distribuídas pelos Postos de Polícia Rodoviária Federal, são fatores que consideramos para um bom desempenho da Unidade, mesmo assim com a carência desta descentralizada, concluímos que os resultados obtidos ao longo da gestão foram satisfatórios.

Maceió, 29 de fevereiro de 2008

Gibson Magalhães Viana
Superintendente 13ª SRPRF/AL